

FAVELADXS, SERTANEJXS, NEGRXS, PROSTITUTXS.

Sujeitos em espaços de opressão, sujeitos de espaços de invenção

Dr. Eber Pires Marzulo (Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional-UFRGS)

Dr. Renato Emerson dos Santos (Programa de Pós-graduação em Geografia-UERJ)

RESUMO GERAL

Para além dos séculos de escravidão e do modelo predador de colonização, a colonialidade do poder reproduz e perpetua relações de dominação, hierarquização e exploração que garantem a concentração da riqueza, a espoliação e a hiperexploração da força de trabalho nos diferentes contextos sociais e econômicos do território. A diversidade das formas de opressão que marca as realidades do Brasil insta a pensar os nexos e as formas de articulação entre estas, de maneira a manter a concentração de poder e riqueza das elites, a despeito das mudanças de modelos econômicos (agrarista-exportador, industrialização por substituição de importações, integração competitiva no processo de globalização). Esta heterogeneidade histórico-estrutural, conforme Aníbal Quijano, complexifica a estrutura social, multiplicando formas de classificação social que viabilizam a reprodução (material e subjetiva) de dominações e subalternidades. Sendo um país de dimensões continentais, a diversidade de classificações sociais engendra espacialidades múltiplas – espacialidades das opressões, espacialidades das resistências.

Assim como os processos de classificação social conformam agências de formação de sujeitos, a imanência do dado espacial nas estratégias e mecanismos de dominação insta tais sujeitos a não só disputar significados de suas identidades e de seus espaços constitutivos, mas também construir suas próprias e autênticas espacialidades de r-existência – ação que, em Carlos Walter Porto-Gonçalves, é resistir, mas também reinventar a sua existência e assim constituir vetores da transformação social. Aqueles que são oprimidxs - e tem sua própria conformação identitária atrelada a espaços definidos por tais opressões – são sujeitos de lutas sociais cujas práticas cotidianas se explicitam espacialmente e, logo, instauram processos sistemáticos de territorializações, constituindo seus “espaços de invenção”.

Nesta sessão se pretende investir sobre o caráter de disputa de significados classificatórios e identitários que emerge das práticas sociais de opressão e resistência, com foco na dimensão das espacialidades próprias e/ou impostas. Os grupos abordados – faveladxs, sertanejxs, negrxs, prostitutxs – historicamente constituem-se em (ou, dialogam diretamente com) alguns dos principais referenciais de construção da identidade nacional, através da simbiotização de repertórios de significação social e espacial, aos quais em grande medida se contrapõem. Estes repertórios de significação são acervos estruturantes de imaginações sociais e geográficas que definem tais sujeitos, a exemplo do que o congolês Valentin Mudimbe coloca sobre a África com a ideia de conformação de uma “biblioteca colonial”, conjunto de enunciados construídos e imputados, sobretudo por atores externos, que instituem e se valem de regimes de verdade e de autoridade sobre os oprimidos.

Assim, parte da constituição da brasilidade tem a figura do sertanejx com papel central, seja através de narrativas épicas do cangaço de Lampião e Maria Bonita até a fixação em imagem audiovisual desta paisagem sócio-espacial como paradigmática da identidade nacional brasileira pela filmografia glauberiana, passando por Portinari nas artes visuais e o homem cordial de Sérgio Buarque e a hipotética miscigenação racial de Freyre na sociologia, assim como as veredas de Guimarães Rosa ou a luta pela sobrevivência em Vidas Secas seja em Graciliano Ramos ou Nelson Pereira dos Santos. Já ao se chegar até Di Cavalcanti e seu trabalhador pobre urbano ou na sofisticação audiovisual mais uma vez de Nelson Pereira dos Santos em Rio 40 graus, explicita-se esta linha de continuidade entre o sertanejx e o pobre urbano, cujos espaços são invariavelmente o sertão e a favela.

Das artes a literatura acadêmico-científica, emerge uma linha de continuidade entre os espaços do sertão e da favela ou talvez, sem aqui afirmar um padrão único de gênese, dx sertanejxs e faveladxs – grande parte deles negros (ou, de maneira mais abrangente, “não-brancos”, ou seja, significados como diferentes do polo referencial dominante). Tanto a paisagem do sertão como da favela quanto de sertanejx e faveladx se constituem simultaneamente como emblemáticos das territorializações brasileiras e a passagem de sua centralidade do campo para o urbano. Afinal, é comum que as famílias mais antigas de favelas tradicionais em número considerável tenham origem no espaço rural sertanejo. Passagem que também se afirma nas marcas sócio-espaciais de caráter étnico-racial, na medida em que desigualdades espaciais apresentam forte componente racial, dado mobilizado numa dupla estigmatização: dos corpos, marcadores das classificações raciais e campo de performatização de exploração e resistência – aqui, a prostituição aparece como uma dessas formas de performatização das relações; estigmatização dos referentes espaciais associados a esses grupos. As migrações internas, expediente capaz de no século passado redistribuir os crescentes estoques de população (força de trabalho) pelo território - com fluxos campo-cidade, cidade-cidade, e também campo-campo -, permitiu tanto a explosão da urbanização e a metropolização quanto a expansão da fronteira agrícola, o que redefine o imaginário sobre os sertões e sertanejxs.

Quase ironicamente o abandono das regiões centrais das grandes metrópoles pelas classes burguesa e média situados no polo concentrador das benesses da produção econômica nos extratos médios superiores e superiores da estrutura social, a partir das transformações sócio-econômicas do final do século xx permitiram a ocupação destas regiões pelos pobres, ocupação que será reconhecida nas primeiras décadas do século xxi

devido ao movimento de valorização fundiária e imobiliária destas áreas centrais em virtude da necessidade do capital fundiário-imobiliário encontrar novo espaço para reproduzir a acumulação de capital financeiro global cada vez mais rápida e intensa.

Encontro do polo branco, rico, escolarizado, patriarcal, heteronormativo dos extratos superiores com o polo negro, pobre, de baixa escolaridade, matriarcal, transgenerificado dos extratos inferiores, no caso de população de rua poderia se dizer o extrato mais inferior da estrutura de classe brasileira. Encontro que acirra o conflito de classe da sociedade brasileira em uma disputa diretamente espacial e com pano de fundo moral, na medida em que estas áreas centrais decadentes se tornaram também o espaço das práticas e moradia de prostitutas e população de rua, em um processo de territorialização que se estende das margens das áreas centrais próximas a equipamentos de transporte de massa popular como portos e rodoviárias ou avenidas de saída dos centros, onde a oferta de serviços de caráter sexual classicamente esteve, até para seu centro abandonado e agora disputado pelos interesses do capital financeiro-fundiário-imobiliário e suas classes média e burguesa e os pobres lá territorializados.

Em diferentes narrativas sócio-espaciais estes sujeitos estão como constitutivos e constituintes de espaços oprimidos por uma hipotética marginalidade que vela a existência de políticas estatais deliberadas de apagamento de seus espaços e, assim, de não reconhecimento destes sujeitos sociais tendo como efeito contraditório a emergência simultânea de abordagens que reconhecem nestes espaços, a partir das práticas dos mesmos sujeitos sociais, loci de invenção de possibilidades afirmadas na esfera da vida cotidiana, cuja expressão se apresenta com potencia de constituição destas figuras oprimidas e sua espacialidade como núcleo duro da própria ideia da brasilidade contemporânea. Criatividade que não se pode dissociar da opressão estrutural de dimensão histórica da potência inovadora da cultura brasileira expressa em suas narrativas mais sofisticadas e legitimadas pelos circuitos mundiais.

Temos, assim, um conjunto de nexos analíticos entre os sujeitos enfocados de caráter e dimensões sociais, históricas e espaciais a serem abordados na sessão proposta sem, obviamente, projetar-se um esgotamento, mas antes se inserindo em uma tradição de sessões livres realizadas nos EnANPUR na última década e buscando alargar aportes analíticos ao campo do Planejamento Urbano e Regional.

Na presente proposta se incorpora a utilização do X como forma de romper com a generalização dada pelo substantivo masculino.

O SERTÃO É EM TODO LUGAR?

Juliana Michaello Macêdo Dias (UFAL)

Walcler de Lima Mendes Junior (UNIT-AL)

Sertão e sertanejxs permeiam a construção da identidade nacional brasileira desde o início do século XX, constituindo-se no “avesso” da civilização gestada sob os ideais modernizadores. São cantadxs, descritxs, fotografadxs, pintadxs, consideradxs “antes de

tudo fortes”, mas não escutadxs. Trataremos aqui de um sertão que está em todo lugar, mas que sob a ótica decolonial se vê sendo visto pela urbanidade e berra. É sob essa premissa, que diz de um poder colonial imposto aos modos de (se) dizer sertanejx que proporemos aqui um alargamento do sertão brasileiro, aproximando-o de outros territórios de fala inaudita. A partir de uma perspectiva que compreende o sertão contemporâneo como um território de disputa semântica e formal, discutiremos um conjunto de discursos (midiáticos, cinematográficos, orais, pictóricos e “artesanais”) que chamaremos de *subalternos* e que dizem de territórios periféricos e distantes dos centros de poder em suas teimosias táticas.

EXPRESSÕES ESPACIAIS DAS RELAÇÕES RACIAIS, DO RACISMO E DA LUTA ANTI-RACISMO

Renato Emerson dos Santos (IPPUR/UFRJ, PPGE FFP/UERJ)

O racismo é eixo fundamental da colonialidade do poder na sociedade brasileira, e enquanto fato social total, é um fenômeno que se capilariza na estrutura social, interações cotidianas, construções identitárias, entre outras. Este traço se constitui no espaço e com o espaço. Neste sentido, na busca do entendimento das dimensões espaciais do racismo (dominação social que engendra consequentemente resistência, a luta anti-racismo e seu principal agente, o Movimento Negro) apontamos duas chaves analíticas: (a) grafagens espaciais das relações raciais, do racismo e do anti—racismo, algumas duradouras e perenes (como toponímias, ou mesmo as comunidades quilombolas) outras temporárias e efêmeras (como locais de referência de patrimônios culturais negros ou de manifestações culturais e políticas negras); (b) organização espacializada das relações raciais, onde determinados contextos de interação mobilizam critérios raciais de classificação social de indivíduos instituindo mecanismos de estranhamento, repulsa, expulsão e mesmo práticas de violência simbólica e/ou física (p ex, postos de trabalho elitizados, shopping centers e outros espaços onde ser negro implica alta probabilidade de ser discriminado, configurando espaços marcados pela branquitude). Nosso foco aqui se volta para as formas como Movimento Negro (em sua diversidade de formas) e populações negras disputam tais regimes espaciais de poder racializados.

O “EU E TU” NA REGIÃO DA LUZ, UMA VIZINHANÇA SEM MEDIAÇÕES

Marcelo Carnevale (Diversitas/USP)

Pensar a vizinhança como um sistema reticular acentrado, sem um estatuto identitário, é pensar as relações intensivas, dos devires entre singularidades. Como ondulações que expressam situações nas quais aspectos relacionais entre indivíduos acontecem de maneira espontânea e imediata, sem mediações. Dessa maneira, avizinhar-se nesse limite do corpo a corpo, na região da Luz, o centro periférico de São Paulo, é deparar-se com algo parecido ao título do quadro de Regina Parra, *um perigo, uma chance*, no qual a tela exhibe uma floresta densa e quase noturna. Uma associação em rede como um modo de inscrição ou de descrição capaz de se espriar sem modelos. Essa arquitetura, esse

afloramento da contração dos diferentes que juntos compõem um *patchwork* sempre incompleto e menor que um todo, reflete desenhos de encontros possíveis no invisível/visível desses microcosmos. Novas formas do avizinhar-se nas cidades, pela fragmentação dos encontros “eu e tu”, no imprevisto dos arranjos coletivos, num novo padrão espacial, virtual e real como lugar.

AINDA FAVELA: O ESPAÇO DOS POBRES NA SOCIEDADE BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA

Eber Pires Marzulo (PROPUR/UFRGS)

Luciana Linhares de Andrade (PROPUR/UFRGS)

A partir do entendimento do território como campo físico-espacial, isto é, dimensão autônoma da estrutura social ao mesmo tempo estrutura estruturante e estrutura estruturada, desde Bourdieu, propõem-se a análise sobre a posição e situação da favela na estrutura espacial das cidades brasileiras e da figura de faveladx como sujeito estruturado e estruturante da favela. Favela contemporânea entendida em seu sentido ampliado, conforme Marzulo, como padrão socioespacial não mais restrito a forma de ocupação irregular e informal. Investiga-se processo de territorialização em favela com parcelas regularizadas, urbanizadas e outras sem regularização e/ou urbanização que ora aparecem como uma territorialidade ora como mais de uma. Diferenças vinculadas a processos políticos participativos, em especial desde a experiência do Orçamento Participativo e as conquistas de infraestrutura e serviços urbanos decorrentes. Estudo de caso que colocará em tela as características socioeconômicas dos sujeitos da favela, no caso a Vila Glorinha, em Porto Alegre, típicas da sociedade brasileira contemporânea, em que a centralidade do papel das mulheres, a criminalização dos jovens, o acesso à tecnologia e a ultraviolência do tráfico aparecem intrínsecas aos problemas histórico-estruturais de desmonetização, falta de segurança alimentar, precariedade de moradia e subalternidade no trabalho. Favela brasileira contemporânea, ainda o espaço dos pobres.

PUTA LUTA PELO DIREITO À RUA

Soraya Silveira Simões (IPPUR-UFRJ, LeMetro/IFCS-UFRJ)

Políticas habitacionais no Brasil são pensadas como uma questão de moradia. O trabalho, aqui, se torna um problema sobretudo em relação ao tempo de deslocamento entre a casa e o trabalho. Entre um e outro, contudo, existe a cidade, misturando tudo, criando *ocupações*. O movimento organizado de prostitutas, no Brasil, luta pelo direito à rua mas, historicamente, é reconhecido, pelo Estado, como um “agente de saúde”, capacitado para adotar práticas de prevenção das doenças sexualmente transmissíveis. Esse lugar privilegiado para realizar um trabalho potencialmente efetivo (ou preventivo) resultou de reuniões em secretarias e ministérios e muita ação nas zonas do país, repletas de cartazes das campanhas de saúde. Na rede hoteleira, a campanha é outra: “combate à prostituição”, não distinguindo prostituição como um trabalho (ou seja, como troca consentida) de “exploração” ou “abuso sexual”. Entre o setor público e o privado, a luta das putas

amadureceu, afirmando as zonas, criando representações da calçada, da janela, da cama, do *trottoir*, para a realização da “passarela Daspu”. Estas ocasiões são sempre imaginadas a cada *brainstorm* de prostitutas ativistas. Um movimento estético, potencializador do movimento político das prostitutas, recriando cenas da rua “da vida” para situar (imaginar) a luta pelo direito à rua.
